

## TRADUÇÃO

### O núcleo contraditório e monstruoso da formação conceitual da economia política (I) \*

Hans-Georg Backhaus

Em sua crítica a Émile Durkheim, Adorno (2003, p. 247) discute a contradição de que esse clássico da sociologia, embora aspirasse a estabelecer o “método afim ao das ciências naturais” nas ciências humanas, procura também construir um “espírito coletivo” que, como um “sujeito *sui generis*”, “pensa, sente, quer”. Esta “espiritualização da objetividade” significa que o racionalismo positivista de Durkheim se “interverte” em seu contrário, em irracionalismo, em “especulação selvagem” (Adorno, 2003, p. 253). Mas a “interversão” não deve ser atribuída à inconsequência do paradigma cientificista, mas é imanente a este; os extremos do racionalismo formal e do irracionalismo se produzem de fato reciprocamente. A tese crítica fundamental de Adorno diz: o conteúdo “eliminado” e “desprezado” por aquele “método” quantitativo retorna como monstruosidades das quais nenhuma teoria daquele tipo pode prescindir” (Adorno, 2003, p. 264).

---

\* Tradução por Bruno Klein Serrano, a partir do original: BACKHAUS, Hans-Georg. Der widersprüchliche und monströse Kern der nationalökonomischen Begriffsbildung, in: Fetscher, I.; Schmidt, A. (Ed.). *Emanzipation als Versöhnung: Zu Adornos Kritik der „Warentausch“-Gesellschaft und Perspektiven der Transformation*. Frankfurt a.M.: Verlag Neue Kritik, 2002, p. 111-141. N.T.: Aluno de Theodor W. Adorno, Backhaus é um dos iniciadores, juntamente com Helmut Reichelt e outros, do movimento de reinterpretação da teoria do valor de Marx que emergiu em meados dos anos 1960 na Alemanha ocidental e que passou a ser conhecido por *Nova leitura de Marx [Neue Marx-Lektüre]*. Agradeço a FAPESP pelo auxílio à pesquisa durante a qual a presente tradução foi realizada. Nota de Heinz Brakemeier: A seguinte contribuição de Hans-Georg Backhaus relata os resultados de muitos anos de estudos sobre a ciência econômica; principalmente da dominante escola neoclássica e do conceito de “valor” que se baseia especialmente nela. Na base desse conceito se supõem as avaliações subjetivas quanto ao valor de bens (e serviços) na sociedade da troca. Embora essa escola não possa reconhecer um “valor” objetivo, de validade universal, ela esbarra inevitável e repetidamente em tal conceito; mas o faz sem poder resolver — de maneira racional — os problemas que emergem com ele. De acordo com Backhaus, apenas a abordagem da dialética marxiana de uma “coisa sensível/suprassensível” e de uma “abstração real” oferece uma solução para esses problemas. É uma abstração que não é realizada primeiramente na cabeça, mas realmente, na troca. Essas questões sempre me ocuparam. Mas não me foi possível buscar uma resposta em trabalho igualmente minucioso, ao longo de décadas, tal como Backhaus o fez. Por isso eu o agradeço. Na presente versão, trata-se da primeira parte de um extenso manuscrito.

Trata-se de conteúdos físico-psíquicos, bem como de conteúdos sociais ou qualidades, que, no sentido de um “ideal do método” cientificista, devem ser reduzidos a grandezas, quantidades mensuráveis. Uma vez que para Adorno e Horkheimer o formalismo econômico, principalmente, representa uma “teoria daquele tipo”, deve-se poder demonstrar o retorno das qualidades reprimidas na figura de entidades monstruosas naquele tipo teórico da economia política. Assim, também Marx afirma que nenhuma teoria econômica “prescinde” de “mistificações”, isto é, de “monstruosidades”: “mesmo aquele elemento mais simples, como a mercadoria”, é “já uma inversão”, uma “forma absurda”. Tal “inversão” expressa ao mesmo tempo uma “mistificação real”, uma “inversão efetiva”. A “inversão na máxima potência”, “mãe de todas as formas absurdas”, “inversão última”, a “absurdidade [...] em forma mais palpável”, é, no entanto, a “forma” juro: “A relação social é consumada como relação da coisa (dinheiro, mercadoria) consigo mesma, do *“capital como relação consigo mesmo”*.<sup>1</sup>

Isso não diz respeito — não apenas — a construções monstruosas da teoria: essa absurdidade não pertence, primariamente, ao pensamento, mas é uma absurdidade existente: uma “irracionalidade da coisa mesma” (Marx, MEW 26.3, p. 509.). A “mercadoria em geral”, concebida no primeiro capítulo [d’*O capital*] como “*mercadoria em si*” (Engels, MEW 16, p. 245), é igualmente uma autorrelação, ela é, no entanto, um “sujeito” meramente “em si” que, por isso, carece de efetivação, de “consumação”. Ele é “completado” apenas como relação-capital; dito de maneira moderna: em sua “autorreferência”, “autorreferencialidade”.<sup>2</sup> Igualmente, o valor estático, *incompleto*, “simples”, do primeiro capítulo n’*O capital* se “completa” apenas como *processo* do valor do capital. A teoria do valor tem aqui o seu *telos*, a saber, na teoria do valor dinâmico do capital, na “relação qualitativa” D-D’ como uma “soma de valor (...) diferenciada em si, que se diferencia em si mesma” (Marx, MEW 24, p. 49s.).

Na autocompreensão superficial do economista formalista, contudo, a aparência [*Schein*] ideológica dos objetos econômicos se enrijeceu de tal modo como apresentação da racionalidade objetiva, que foi possível ignorar a decifração realizada por Marx desses objetos como “inversões”, etc. Como disciplina científica autônoma ou *oeconomia pura*, seu conteúdo consiste primariamente de “relações de grandezas matemáticas” que estariam “isentas de ideologia do mesmo modo que a álgebra” (Rittig, 1968, p. 121). Na tradição de Jevons e Walras, a “teoria econômica” é considerada, por exemplo, por Erich Preiser, aluno de Schumpeter, “como física social” que teria disponibilizado uma “caixa de ferramentas bem ordenada”. Dado que para Preiser (1970, p. 209s e 220) o metodólogo Alfred Amonn

<sup>1</sup> As referências são os respectivos textos de Marx (MEW 26.3, p. 498; MEW 23, p. 90; MEW 13, p. 35; MEW 26.3, p. 445; MEW 25, p. 405; MEW 25, p. 483; MEW 25, p. 468; MEW 25, p. 443; MEW 25, p. 447 e 405; MEW 25, p. 58; MEW 26.3, p. 509)

<sup>2</sup> Cf. os verbetes “autorreferência”, etc., em Jürgen Ritsert (1995, p. 515ss).

(com a “diferenciação” neokantiana, que “hoje” se tornou “óbvia”, “entre *objeto de experiência e objeto de conhecimento*”) alcançou a “libertação” da economia em relação ao “caos da confusão conceitual de então”, ele acreditava poder louvar assim o economista, sem traço de ironia: “livre de dúvidas filosóficas e metodológicas, ele põe mãos à obra”.<sup>3</sup>

Sem dúvida essa sua falta de escrúpulos tem um lado positivo. Ela logo o faz esquecer aquela duplicação neokantiana do objeto, veementemente defendida por Max Weber, duplicação que havia enredado o próprio Amonn em contradições. Mas também uma contradição altamente fatal: a corrente dominante cientificista ignora a percepção do Schumpeter (1965, p. 50 e 48) tardio de que “explicar”, nas ciências naturais, significa algo totalmente diferente do que nas ciências sociais. Ainda que ele nunca tenha conseguido determinar positivamente esse “totalmente diferente”, a “fonte do conhecimento” totalmente outra, ele acreditava não poder abrir mão “dessa explicação”, uma vez que “se confiava” que “ela contribuiu para livrá-lo” de certa “suspeita”, a saber: que ele ainda “tendia”, na metodologia dos seus primeiros escritos, ao “cientificismo”, visto agora como inferior. Ele procurou a explicação alternativa, “totalmente diferente”, em “uma visão originária” disso que ele, de maneira anti-neokantiana, denominou a “lógica interna dos objetos abstratos”, com que atribuiu ao incognoscível (na visão neokantiana) “objeto da experiência” uma “lógica própria”, no mínimo intuitivamente reconhecível, uma “legalidade própria” (Schumpeter, 1970, p. 83 e 225), uma “vida própria” (Schumpeter, 1954, p. 237). Ele evitou dessa maneira o conceito weberiano e ammoniano de “objeto da experiência”. Tratava-se para ele, como para Adorno (1973, p. 95s; 1974, p. 95s, 100 e 131), de um “objeto *real*” e de uma correspondente “lógica material”.

Embora os cientificistas compreendam a economia como física “*social*”, que, porém, só pode ser pensada como doutrina de uma “*segunda*” natureza, quer dizer, de uma “natureza” social, tal conceito não deve se negar a si mesmo como *contradictio in adjecto*; eles se esquecem de que mesmo ao formalizado “preço de escassez” ainda compete, como preço, um teor *social*: “*forma*” válida de modo *supraindividual*. Somente com base nessa forma é posta a diferencialidade categorial do objeto econômico diante dos objetos físicos, somente ela é capaz de construir a economia como uma física “social” distinguível da física. Mas essa estrutura social existe apenas como “inversão”, de tal modo que o “preço” representa um segundo “*ser*” do produto, seu “ser-dinheiro”, uma “propriedade supranatural” (Marx, MEW 13, p. 35; MEW 23, p. 71): esta, como “membro” do produto social supranatural, está relacionada com o supranatural, com o dinheiro, de maneira quase *a priori*. Entretanto, tal “supranatural” é estranho à física exata.

<sup>3</sup> Comte é o primeiro a falar de “física social” como programa de uma sociologia, com o que ele havia negado um estatuto científico à economia; mais tarde, Adolphe Quetelet caracterizou sua demografia com tal conceito.

Como precificada, tal propriedade já não existe como coisa sendo para si, mas antes simplesmente como “momento”, “polo” da forma *válida* de modo supra-individual ou da equação, isto é, de uma correlação *real* de mercadoria e dinheiro que são agora reduzidos a “momentos [...] que se condicionam reciprocamente” (Marx, MEW 23, p. 63), que, em sua existência, pressupõem-se reciprocamente. Este “círculo” inclui o “problema do começo”, fundamental para a formação conceitual da economia política, problema só raramente reconhecido e nunca resolvido na disciplina econômica: o que “é primário, a mercadoria ou o dinheiro”?<sup>4</sup> (Feilen, 1923, p. 47) O bem escasso, algo “natural”, é, como mercadoria precificada, condicionada pelo dinheiro, portanto já em si mesmo nada natural, mas sim um natural-supranatural, em contraste com as coisas meramente naturais da física. O “portador” [*Träger*] do “preço de escassez”, o bem escasso ou a “coisa sensível” se transforma em uma coisa “sensivelmente suprassensível” (Marx, MEW 23, p. 85), que é “sensível” e, contudo, também *não*-sensível, *supra*-sensível. Portanto, o preço existe apenas como momento de uma contradição existente.

Assim, o que para a economia de escola é a relação “mais simples” apenas aparentemente o é. Essa relação “ilude com essa aparência de simplicidade, que antes inclui [...] contradições.” Como um “paradoxo da efetividade”, elas expressam “contradições [...] na coisa”, pois o “trabalho privado” tem de se apresentar como “universal”; a produção social existe apenas como o seu contrário, como produção de produtores privados. É este estado de coisas que se apresenta de modo “invertido”, a saber, nas “contradições reais” das coisas “sensivelmente suprassensíveis” (Marx, MEW 42, p. 101; MEW 23.3 p. 134 e 256). O aparentemente concreto, a mercadoria, revela-se, no sentido de Schumpeter (1970, p. 131), como “objeto abstrato”. Mas este tem de ser um objeto *real*-abstrato, se se supõe como racional o discurso sobre sua “lógica interna”, de uma “lógica da coisa”.

Tudo isso vale sobretudo para o juro como “preço” específico, o “preço” do capital. Schumpeter (1970, p. 306) ficou aborrecido pela ignorância, que perdura até hoje, com que foi recebida a sua ideia de que neste ponto não se trata de uma expressão racional, mas de uma expressão “metafórica”, de que ele concebe meramente uma imagem, e não um conceito racionalmente capaz de ser explicitado: este não é utilizado “nunca no mesmo sentido” de seu verdadeiro significado como preço de uma mercadoria. Se para ele se trata, de modo geral, de uma “definição real” (Schumpeter, 1952, p. 56) dos conceitos, dos assim chamados “princípios [lógicos] das coisas” (Schumpeter, 1965, p. 1107), ou seja, de uma “explicação” dos “fundamentos reais do fenômeno” (Schumpeter, 1954, p. 280) do juro não à maneira das ciências naturais, então ele precisa também de uma “definição real” não metafórica do preço da mercadoria. Apenas como algo distinto disso se pode precisar de maneira não “metafórica” o juro como fator-“preço”. No entanto, Schum-

<sup>4</sup> A pretendida lógica material deve resolver, finalmente, a questão atualmente aberta, a saber, se o “começo é formado”, “do ponto de vista lógico-teórico”, “pela forma-dinheiro ou pelo crédito”.

peter ficou aquém da determinação positiva do preço como “qualidade supranatural” da mercadoria assim como do método *sui generis* apropriado a ela.

Não só Schumpeter, mas também outros críticos acadêmicos na corrente dominante insistem constantemente em que a “economia requer uma metodologia *sui generis*” (Lachmann, 1984, p. 91), em vez do método quantitativo. Se seguirmos alguns teóricos do dinheiro, como Walter Taeuber (1943, p. 438, 441, 452 e 474), são questões qualitativas que constituem o verdadeiro objeto das teorias sociais, ou seja, que a atuação social, especialmente a “socioeconômica”, não se condensa somente em “produtos materiais”, mas mesmo em “figuras [...] não sensíveis”. Trata-se, dessa maneira, da interpretação e da exibição da gênese disso que Taeuber denomina “instituições *quasi*-extensivas”; o objeto da análise teórico-social é formado por “objetivações” de um “poder supraindividual” tal como este se apresenta em “coisas monetárias como corpos” — incorporações de um supraindividual congênere da consciência coletiva durkheimiana. Com isso, deve-se ter em mente que o dinheiro, como “figura não sensível”, possui um caráter altamente paradoxal: de um lado, ele “não é apreensível nem perceptível”, nessa medida é válido apenas como uma coisa “*quasi*”-extensiva; por outro lado, ele aparece como “*coisa*” extensiva, contrapõe-se ao ser humano de maneira transcendente, aparece como um “transcendente” que “não é um conceito, e sim uma realidade”, algo *quasi*-“*extensivo*”. Portanto, esse produto *sui generis* é, de um lado, uma coisa, algo real, algo que pode ser pesquisado “em seu ser em si”; de outro, contudo, ele não é “coisa” alguma, nenhum ser real, mas meramente uma *quasi*-coisa, algo conceitual.

Se se considera mais de perto esse caráter “*quasi*-extensivo”, então ele apresenta-se primeiro como uma quarta dimensão dos objetos, como uma “dimensão econômica” — de modo algum como uma dimensão apenas do dinheiro, mas das coisas econômicas em geral; como sua “segunda natureza” (Adorno, 2001, p. 168, 172ss e 189ss). Portanto, as “grandezas” da economia “exata” não são apreensíveis de modo físico nem “perceptíveis”. Em oposição diametral à física, trata-se, na economia como “física social”, de *quasi-quantidades, quasi-volumes, quasi-massas, quasi-estoques, quasi-fluxos* de mercadorias precificadas, dinheiro e capital, que de modo algum são mensuráveis de modo estritamente físico.

Do ponto de vista da economia quantitativa, não há resposta à pergunta sobre como o modo de ser dessas entidades pode ser determinado. Trata-se de meras metáforas e ficções monstruosas ou de uma *quasi*-realidade objetivamente pré-ordenada? De fato, isso diz respeito não imediatamente a um “sujeito *sui generis*” no sentido de Durkheim, mas bem a uma *realidade* “*sui generis*”, por exemplo, a realidade da “quantidade”-dinheiro. Uma vez que nesse caso também o fator-“preço” entra em jogo, “nós temos de saber o que é o preço em geral” (Marx, MEW 25, p. 872); e precisamente no sentido do que Marx (MEW 25, p. 870 e 203),

em contraste com uma simples “representação”, denominou o “conceito geral” do preço. Esse problema, desconhecido pelos fundadores da economia clássica e neoclássica, foi discutido pela primeira vez por Amonn (1996, p. 421, 371 e 312ss): “eles não se questionam como surge” a “forma-preço, mas pressupõem a forma-preço como dada [...] O problema econômico é o conteúdo dos preços, isto é, uma determinada grandeza da relação de troca”.

Esse ser-“dado” dos preços como “segunda natureza”, seu modo de ser ou realidade, permanece irrefletido; também com respeito ao dinheiro e ao capital, ele constatou: “O ‘conceito de realidade’ tem precisamente nas ciências sociais um sentido inteiramente diferente do que nas ciências naturais. Nestas, apenas o que pode ser sensivelmente experimentado é considerado como realidade, ao passo que as ciências sociais têm a ver com um objeto que [...] é apreensível apenas pelo pensamento. Estado, [...] família, [...] propriedade, etc., são [...] coisas muito reais, embora elas não possam ser vistas com os olhos nem escutadas com os ouvidos.” (Amonn, 1996, p. 312ss)

Embora autores como Taeuber e Amonn tenham descoberto uma base *metaeconômica* da economia, os princípios dessa metaeconomia logo caíram no esquecimento, pois com eles foram apenas designadas tarefas de pesquisa e evidenciados problemas fundamentais, que não foram resolvidos, mas nenhuma abordagem para suas soluções foi oferecida. De modo geral, a economia se revelou incapaz de determinar positivamente o “sentido completamente outro” dessa realidade, isto é, o caráter do “*quasi-extensivo*”; este só é diferenciado da realidade física e psíquica como uma realidade “completamente outra”, mas essa alteridade permaneceu conceitualmente indeterminada. Com isso se dá um dilema semelhante ao da teologia negativa: se nenhuma afirmação pode ser feita sobre *o que é* [*Was-Sein*] do completamente outro, também seu *que é* [*Daß-Sein*] permanece questionável.

Provavelmente estimulado por Amonn, cujo trabalho Werner Sombart (1967, p. 1 e 125s) havia resenhado, o título do primeiro capítulo do escrito metodológico tardio deste último dizia: “A indeterminidade do objeto” da economia política; sua primeira frase destaca o sentido provocativo dessa constatação com a tese de que nela “tudo que deveria ser determinado está indeterminado: mesmo o objeto”, ou seja, essa disciplina fracassa em relação à tarefa de articular racionalmente o que é visado por ela, o que ela fazia, contudo, sempre apenas metaforicamente, como paráfrase. Ele caracterizou o objeto da “economia política concebida ao modo da ciência natural”, por ele criticada, como sendo grandezas objetivas de tipo especial: seus fatos “*calculáveis*” e mensuráveis seriam “quantidades sem qualidade [...], quantidades puras”.<sup>5</sup> Se tais tipos de “grandezas” devem se revelar

<sup>5</sup> O título do segundo capítulo diz: “A indeterminidade do modo de conhecimento” corresponde ao “estado desolado” da economia (Sombart, 1967, p. 8s). Criticamente, Emil Lederer e Siegfried Budge se manifestaram sobre o conceito de dinheiro como “pura quantidade”.

como reais, e não meramente como fictícias, a “indeterminidade” do objeto da experiência teria seu fundamento na coisa mesma.

O fracasso da economia com relação à determinação do objeto se revelou como a incapacidade da primeira em superar intelectualmente a ausência de qualidade de suas grandezas, de superar a indeterminidade *real* do seu objeto: ela calcula, portanto, algo *sem* qualidade, algo de monstruoso, não sendo assim capaz de designar o que ela encontra cotidianamente, *o que é* calculado por ela.

Já Schumpeter (1952, p. 49) descreveu esse dilema da economia política mais concretamente do que Sombart. Mas se ele designou um fato sabido, embora há muito não reconhecido, da experiência cotidiana, o “poder de compra” do dinheiro, como uma realidade *sui generis*, como “fenômeno *sui generis*”, pois o dinheiro como “atribuição” não está relacionado com “objetos determinados”, mas muito mais com partes estranhamente homogêneas, isto é, *indeterminadas*, do produto social. É a “indeterminidade do objeto” que, segundo Schumpeter (1952, p. 40), constitui a “essência” daquele “fenômeno *sui generis*” chamado “poder de compra”. Ele não queria “nem sequer aludir” a esse problema *metaeconômico* “em sua profundidade”, “que dirá então tê-lo esgotado”. Mas mesmo mais tarde, inclusive no seu manuscrito sobre o dinheiro, procura-se em vão até mesmo “alusões” sobre o fundamento daquela “indeterminidade do objeto”.

Em contraste, Georg Simmel apreendeu, sob o título da “abstração real”, o paradoxo do “*quantum* puro” que chega até as “últimas profundezas” da “doutrina do valor e do dinheiro”. Ele vê o dilema central da economia, insolúvel do ponto de vista técnico, no seguinte: todas as declarações sobre uma “igualdade ou desigualdade quantitativa e conforme números” entre dois objetos seriam “sem sentido” se elas não dissessem respeito a “quantidades relativas de uma e a mesma qualidade.” De outro lado, trata-se de um “*quantum* puro”, e não de um *quantum* físico nem psíquico. Dessa maneira, ocorrem no cotidiano grandezas “sem sentido”, cuja gênese Simmel designa com um conceito que, depois de Marx, apenas na teoria crítica obteria de novo sua honra, a saber, o conceito de uma “abstração real”. Se Sombart falava de “grandezas sem qualidade”, o fato de que a realidade de tais grandezas pressupõe uma abstração real de qualidades diversas permaneceu impensado nesse discurso. Esse problema central, ignorado até hoje na economia e reconhecido pela primeira vez por Marx, pôde permanecer oculto à leitura simmeliana do capital, de modo que ele chegou independentemente à tese de que deve haver um “processo [...] objetivo” que, “por assim dizer”, “abstrai” o fato de que as coisas são desiguais, produzindo uma “igualdade” delas mesmas. Isso quer dizer que não apenas a “consideração da economia, mas a economia mesma, por assim dizer, consiste [...] em uma abstração real”.

De maneira semelhante a Marx, Simmel (1987, p. 101, 126, 32 e 87) também constata uma estrutura isomórfica entre o resultado dessa “abstração real” — o

abstrato real — e o problema filosófico clássico dos “universais”.<sup>6</sup> O abstrato real ou o universal real deve ser apreendido “tanto como universal *ante rem* como *in re* e *post rem*”.<sup>7</sup> Como será mostrado, se Marx também compreende o valor como um “universal”, isto é, como um “geral” que existe “na *res*”, na coisa, no valor de uso particular, Böhm-Bawerk argumentou, inversamente e de “maneira nominalista”, nas controvérsias sobre a teoria do capital, que o “geral” nunca pode existir “na” coisa, podendo contudo surgir apenas de uma abstração subjetiva, apenas “*post rem*”, e de modo algum de uma abstração real; disso resultou a contradição de que ele, por um lado, tratou inconscientemente o “valor de troca objetivo” da mercadoria, assim reconhecido por ele, como um universal real que existe “na *res*”, no valor de uso particular, embora isto contradissesse seu subjetivismo quanto ao valor. O próprio Simmel (1987, p. 6) só é capaz de apreender o valor “universal” como algo que não pode ser deduzido, “fenômeno primordial” [*Urphänomen*]<sup>8</sup> dado aos seres humanos, devendo existir platonicamente “*antes*” da coisa, da coisa de valor, isto é, “*ante rem*”.

O problema da ausência de qualidade e da indeterminidade já aparecia claramente para o jovem Marx. No entanto, em oposição a Simmel, ele não o compreendeu apenas no seu significado teórico relativo ao valor e ao dinheiro, mas sobretudo no seu significado teórico vinculado ao capital. Ele definirá o conceito de “trabalho puro e simples”, já desenvolvido em 1844 nesse contexto, em vista do problema das quantidades “puras” ou “indeterminadas”: tal conceito “é certamente capaz de toda determinação, mas indeterminado em si e para si”. Ele só pode se efetivar como trabalho concreto, “determinado”, isto é, apenas por meio do seu oposto. Marx descreve a “indeterminidade” real com uma metáfora: “geleia abstrata de trabalho”. Não se trata aqui de modo algum de uma entidade *quasi*-fisiológica, mas antes de um abstrato *real*. A este tradicional equívoco se contrapõe a clara afirmação de Marx sobre o trabalho abstrato como uma “forma especificamente social” (!), que, como “forma” *válida* supraindividual, não pode ser nenhuma forma fisiológica. (Marx, MEGA II.6, p. 31, 32 e 41)

Consequentemente, ele define o conceito de “geleia de trabalho” do seguinte modo: que a mercadoria como valor de uso não “possui a forma social (!) do valor ou da mera geleia de trabalho”. Como forma social ou *válida*, mas simulta-

<sup>6</sup> Cf. a palavra-chave “Universalien” no *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Gottfried Gabriel et al. (2001, p. 179ss); cf. também Ritsert (2003, p. 32, 37, 46, 128 e 268).

<sup>7</sup> Enquanto na discussão atual sobre Simmel tanto o teorema da “abstração real” como o problema econômico dos “universais” são inteiramente ignorados, nele se acha ainda assim, na literatura mais antiga, um teórico do dinheiro que tinha claramente em vista esse campo de problemas. Em termos de teoria do valor, tal campo é idêntico ao do “valor abstrato”. Eduard Lukas (1951, p. 14) constata: No dinheiro, “por mais paradoxal que isso possa soar — o valor econômico abstrato é trazido à forma fenomênica real (!)”. Isso deve dar o que pensar aos nominalistas, que “não gostariam de conceder nenhum tipo de existência ao ‘abstrato’.”

<sup>8</sup> Apenas o “desenvolvimento posterior” do valor, como uma “categoria metafísica”, “deve ser entendido conforme o entendimento. Sua existência, contudo, é um fenômeno primordial.” (Simmel, 1987 p. 6 e 15). Esta é a “lei atemporal mesma em sua intuição temporal, o universal que se manifesta imediatamente em forma singular”; verbete “*Urphänomen*”, em Gabriel et al. (2001, p; 376).



neamente como forma existente, o valor ou a “geleia de trabalho” apresenta uma demanda que pode ser realizada. O “valor” seria “por assim dizer” uma “atribuição” para “um *quantum* determinado” do “trabalho social” — com o que a realização desse potencial pode ser expressa de modo que, na troca, a “indeterminidade” da geleia abstrata experimenta sua “determinação” como valor de uso concreto, particular (Marx, MEGA II.6, p. 41; MEW 26.3, p. 142).

A “*forma*” social de geleia é um universal, determinável, realmente possível ou transformável, um potencial social, e de modo algum um potencial físico. Ela é uma “forma abstrata”, “objetiva” e “válida” que é derivada, de modo supraindividual, de um sistema dado de preços válidos, de uma “lista de preços” na qual as mercadorias se apresentam “qualitativamente como o mesmo”, como já igualadas, e de maneira alguma com base em valorações subjetivas e individuais. Pode-se compreender “geleia”, “cristalização”, etc., igualmente como descrições metafóricas do conceito de *quantum* “homogêneo”, “sem qualidade”, “puro”, em suma, à maneira de grandeza “*quasi*-extensiva” (Marx, MEW 19, p. 374; MEW 16, p. 123ss). A descrição visa ao que Marx (MEW 23, p. 52) denominou “essa objetividade fantasmagórica”, o caso mais contundente daquela “*Quasi*-objetividade” que Jürgen Ritsert (2003 p. 273) atribuiu de modo geral a “instituições” sociais.<sup>9</sup> Todas essas entidades pretendem designar aquele igual, o homogêneo, com o qual também a economia de escola opera no cotidiano. Mas essa esquece e reprime aquele estado de coisas, constatado pela primeira vez por Marx (MEW 23, p. 87) e por ele reconhecido como problema fundamental, de que a “igualdade” das coisas pode “apenas consistir em uma abstração de sua desigualdade real”, em uma abstração “*real*”. Do mesmo modo que o *quantum* “puro” se deve a abstrações *reais* da impureza efetiva, o *quantum* “homogêneo” se deve a uma abstração *real* da heterogeneidade efetiva. Preço, dinheiro e capital, todas três “grandezas” primordiais [*Ur-Größen*] na economia política, são, pois, grandezas abstratas *reais*, formas de existência de uma “objetividade puramente fantástica” (Marx, MEGA II.6, p. 32); formas de existência do “valor” em seu significado universal, que inclui o dinheiro e o capital.

Embora Amonn fosse capaz de se aproximar de tais considerações, ele passou ao largo, contudo, do significado daquela indeterminidade *real*, ignorou inteiramente o processo da “abstração real”. Se afinal sua tentativa de uma definição social do objeto econômico falhou, desta maneira fracassando também uma definição positiva da natureza não física da “realidade” econômica, coube a ele o mérito, porém, de acordo com Schumpeter (1954, p. 267), de ter realçado e distinguido, vigorosa e “minuciosamente”, as “dificuldades lógicas” da determinação do objeto.

<sup>9</sup> Também denominada “segunda natureza” (Ritsert, 2003 p. 273).

Trata-se, de maneira patente, do problema da “metabase” de primeira e segunda natureza. Ele diz respeito à economia tradicional em geral, cuja gênese foi examinada por Adolph Lowe, que nomeou algumas de suas pressuposições irrefletidas. Assim como Taeuber, ele se elenca entre aqueles poucos economistas a quem desconcertava o caráter “*quasi-extensivo*” das coisas econômicas. Dessa maneira, ele chegou ao reconhecimento de que os axiomas da mecânica clássica “têm uma contraparte lógica na teoria tradicional do mercado”. Sua tese provocante dizia que em especial o “*princípio da conservação*” físico subjazia, como “pressuposição tácita”, “a toda a doutrina tradicional” da economia como disciplina; dessa maneira, ela deve sua existência a uma analogia problemática.

De fato, também Marx (MEW 23, p. 178) parece aceitar “tacitamente” a tradução do princípio da conservação. Em todo caso, ele cita, sem comentários e afirmativamente, a formulação de Say do princípio (veladamente aceito tanto por Ricardo quanto pelo subjetivista Malthus): “a troca de dois valores iguais não multiplica nem diminui a massa dos valores existentes na sociedade. A troca de dois valores desiguais [...] também não muda nada na soma dos valores sociais”.

Portanto, Say pressupõe uma “massa de valor” existente na sociedade e que não pode ser “multiplicada” nem “diminuída”, mas apenas redistribuída; de tal modo que a perda de um pode ser compensada pelo ganho de outro e vice-versa. Ele tomou de empréstimo a proposição acima “sem se preocupar” com as “consequências [...] bastante literais para os fisiocratas” (Marx, MEW 23, p. 178). O conceito de “massa de valor”, frequentemente utilizado por Marx, assim como o intensamente discutido conceito de “soma de valor”, têm pois sua origem imediata em Say; mas ele remonta, em última instância, à teoria fisiocrata da circulação econômica, apresenta assim um tipo de axioma material da teoria da circulação. Do mesmo modo como no princípio de Lowe da “conservação da energia econômica”, a “soma” dos “valores” individuais, a “massa de valor” como um todo, deve ser “conservada”.

Com sua indicação às “consequências” da proposição, Marx alude a que Say, como defensor daquela doutrina subjetiva do valor que só pode conhecer valores “relativos”, não “absolutos”, havia renegado a sua própria doutrina do valor ao assumir o conceito da “massa de valor”, da “massa” de valores “absolutos” multiplicáveis, por meio do que Ricardo foi capaz de legitimar esses conceitos de valor de Say justamente por suas “consequências”. O teorema citado por Marx relativiza a afirmação de Lowe de que a economia teria de modo geral baseado “tacitamente” suas reflexões econômicas no princípio da conservação. Revestida de modo popular-ontológico, ele está contido quase literalmente na passagem de Say citada por Ricardo (1996, p. 172): “Não se pode obter algo a partir do nada, como num passe de mágica”. A partir desse axioma, Say deduz aquele princípio fundamental que foi recebido por Marx, a quem é erradamente atribuído: “Seja qual for a maneira

como se disfarce uma operação, seja qual for a forma que se imponha a um valor, seja qual for a metamorfose a que se submeta, só podemos ter um valor criando-o ou tirando-o de outros.”

O conceito de “forma”, já empregado por Turgot — como forma-“disfarce” —, ressurge no conceito marxiano de “forma de aparecimento” do “valor”. O discurso do dinheiro como “véu” tem aqui igualmente a sua origem. Evidentemente, todos os três conceitos — “valor” (absoluto), “forma” e “metamorfose” (mudança de forma) — estão internamente vinculados com o “princípio da conservação”: na “mudança” de suas “formas” como “formas de disfarce ou formas de aparecimento”, é uma e a mesma “substância” do valor que se mantém, que se “conserva”. Segue-se daqui que também Marx aceitou tacitamente o teorema de Say e de Ricardo?

Há certamente diferenças de princípio que resultam de que o *aumento* de valor, isto é, a dinâmica da economia, não pode ser explicado a partir do teorema estático da conservação de energia. Contudo, em contexto estático-estacionário — a “circulação simples” de Marx —, dificilmente se pode negar o núcleo racional dessa proposição. Assim, pelo menos o teorema da soma de valor está na base daquela popular proposição econômica que todo economista político enuncia: não se pode distribuir mais do que se produz. Embora isso não se refira imediatamente a uma “massa de valor” produzida, uma determinada “massa” é assumida, contudo, nas modificações do teorema quanto à teoria da criação de valor. Aquele axioma, porém, não se relaciona de modo algum a um amontoado de bens heterogêneos, mas àquilo que Albrecht Forstmann (1952, p. 136) denominou “massa uniforme e homogênea de bens”, a saber, o produto social; mas “massa homogênea de bens” e “massa de valor” dificilmente podem ser diferenciadas.

A “proposição incontestavelmente verdadeira” de Keynes (1996, p. 57-58) — o que ele denominou realmente o “axioma das paralelas’ da teoria clássica” — de que a “renda obtida globalmente por todos os elementos da comunidade [...] tem necessariamente um valor” (pré-monetário) que é “exatamente igual ao *valor* (!) da produção” (pré-monetário), tal constatação se baseia naquele “princípio da conservação” tanto quanto a tese de Schumpeter (1970, p. 206s) sobre o “*sistema econômico de equivalência*”, segundo o qual ao “*input* no produto social” deve corresponder um “valor equivalente” [*Gegenwert*], uma “contraprestação” na figura do dinheiro; pelo que um “*saldo econômico*” tem de “resultar zero”. Ambos os autores falam a esse respeito de “somadas de valores” a serem postas em equivalência, e Keynes o faz quase literalmente. De maneira irrefletida, eles utilizam aquele par conceitual “valor/valor equivalente”, congênito no conceito de “sistema de equivalência”, par esse que está relacionado, de acordo com a análise de Simmel, ao conceito do “valor absoluto”. Até onde posso ver, não se acha aqui nem na doutrina contemporânea dos “agregados” macroeconômicos, e nem sequer na teoria da criação

econômica do “valor”, qualquer tentativa de esclarecer o sentido do conceito de “valor”, constantemente empregado.

Aqui deve ser primeiramente notado que, no que concerne ao valor, os subjetivistas Keynes e Schumpeter utilizam o conceito macroeconômico de valor, objetivo e absoluto segundo sua natureza, de maneira tão pouco legítima quanto o subjetivista Say. O Schumpeter (1965, p. 730) tardio estava dolorosamente consciente desse dilema, razão pela qual ele lidaria novamente com a teoria do valor de Marx sob o aspecto do “valor absoluto” como seu “conceito central”, o qual — mas isso lhe ocorria infelizmente só então — foi empregado por Marx “de modo inteiramente não místico ou metafísico”. Autocrítico, ele admitia agora um “erro” que durara a vida inteira: sua “incompreensão do ponto essencial da teoria marxiana do valor” (Schumpeter, 1965, p. 729).

Lowe não quis se eximir, em contraste com Keynes e Schumpeter, da questão premente sobre aquilo que é capaz de se “conservar” nas “metamorfozes” enunciadas por Say: aqui ele chega a uma tese que constitui abertamente a verdadeira provocação de sua investigação: a assunção, nas teorias de Quesnay, Smith e Say, de uma “matéria da economia” que está na base das teorias das “somadas agregadas” macroeconômicas, sendo o “processo do mercado” conceitualizado como “circulação e transformação de um agregado de energia indestrutível”, como “transformação” ou mesmo metamorfose de uma “energia econômica”. Diferentemente da “espiritualização da objetividade” realizada por Durkheim, estaríamos lidando, no caso da matéria da economia política, com um objeto social que é, contudo, transcendente, que se apresenta como mais objetivo do que toda objetividade das instituições sociais. O objeto “*quasi-extensivo*” de Taeuber se condensa e materializa aqui em um objeto *quasi-físico*. Nessa visão, no lugar de nascimento da economia política há uma ideia fetichista fundamental como “pressuposição tácita”: a invenção de uma “matéria econômica”. À “espiritualização” sociológica da objetividade social corresponde sua dessubjetivização econômica ou sua materialização fetichista.

Nesse contexto, Lowe chama a atenção para o fato inquestionável de que capital e trabalho, como os “fatores-*input* portadores de preço”, “podem se substituir um ao outro”. Esse processo cotidiano se revela, contudo, como sendo de difícil apreensão racional: as “diferenças qualitativas” de mercadorias e fatores “desaparecem”. Trata-se aqui do problema marxiano-simmeliano da “abstração real”, discutido na teoria crítica. Embora Lowe fosse política, filosófica e pessoalmente próximo àqueles autores, o modo como eles colocam a questão, conforme a economia especializada, evidentemente o privou da percepção de que a análise desse processo misterioso constitui o “ponto central de uma teoria da sociedade”. A reflexão de que esse “processo de abstração se impôs por sobre as cabeças dos seres humanos”, isto é, que ele se realiza “objetivamente”, Adorno a caracterizou como

“diferença decisiva” entre a doutrina “positivista” e uma “doutrina “dialética da sociedade”. Enquanto ele enfatizava repetidamente a relevância teórica do valor na consideração desses processos, Lowe pareceu, assim como Schumpeter e Sombart, querer contornar o conceito de ‘valor’ que se impõe no campo de significação da “matéria econômica”. “Desaparece” sua reflexão de que uma “dimensão” peculiar se acresce aos bens, a “dimensão das relações de mercado”, nas quais são extinguidas suas “diferenças qualitativas”. Em vez de pensar esse misterioso estado de coisas como manifestação de uma “dominação” real “do universal sobre o particular” (Adorno, 1993, p. 58 e 61), ocorria a Lowe somente um caso da questionável “analogia mecânica” na economia política: “Assim como na mecânica, nós temos de lidar com uma ordem de quantidades puras, para cuja análise a matemática constitui a ferramenta adequada”.

Mas a mecânica e outras ciências *reais*<sup>10</sup> não têm relação alguma com “quantidades puras”, e sim com quantidades sensivelmente perceptíveis; apenas a matemática, como ciência formal, e só aparentemente a economia conhecem aquelas “quantidades puras” de que Simmel e Sombart se ocuparam. Que se pense igualmente no postulado de Forstmann da “massa uniforme e homogênea de bens”, que parece “purificada” de todo heterogêneo, isto é, de todo material, a pressuposição irrefletida da “*oeconomia pura*”. Principalmente sob esse aspecto, seria necessária, de acordo com Lowe, uma “lógica do pensamento econômico”, que, em sua visão anti-kantiana, deve ser colocada em relação “com a ‘lógica dos fatos’”, isto é, com a estrutura objetiva do objeto econômico; o que para Schumpeter (1970, p. 83) era a “lógica interna dos objetos abstratos”.

Esse programa é plausível desde que a legitimidade da transferência das categorias mecânicas possa ser julgada somente com base em tal “lógica” material. Lowe se refere aqui às considerações de Schumpeter (1952, p. 325), que várias vezes havia abordado aquele problema irresolvido da “analogia mecânica” e sua relação com a “analogia orgânica”: “essas comparações são suspeitas, por mais inócuas que sejam”. Assim, também Lowe quer mostrar as “lacunas explicativas” das analogias mecânicas, mostrando com isso os limites da teoria econômica “tradicional” em geral, fundada naquelas analogias. Tal teoria precisa ser criticada porque ela “até hoje” não possui um “modelo social independente”, estando antes pelo contrário presa, com seu modelo mecânico, ao “campo do pré-social”, ou seja, ela utiliza modelos e conceitos fundamentais que, em permanente “metabase”, são inadequados ao seu objeto — uma objeção similar à crítica que Hans Albert (1998, p. 5) dirigiu à economia pura, entendida conforme um modelo platônico, como teoria que se dá no “vácuo social”.

<sup>10</sup> N.T.: Backhaus emprega o termo “*Real-Wissenschaften*”. Na cultura científica alemã, distinguem-se as *Realwissenschaften* e as *Formalwissenschaften*. As primeiras têm por objeto estados de coisa reais, sejam estes conteúdos da ciência natural (*Naturwissenschaften*) ou das chamadas ciências sociais e do espírito (*Sozial- und Kulturwissenschaften*). Já as segundas tematizam relações formais, como a matemática.

O desiderato de uma nova “lógica” é, para Lowe (1984, p. 124ss), um “problema fundamental” da economia. É evidente que, para além do seu horizonte de reflexão, tal “lógica” teria de tematizar sobretudo a relevância, em termos de teoria do valor, daquele processo de transformação de qualidades físicas em “quantidades puras”. O principal aqui diz respeito à relação daquelas “quantidades” aparentemente “puras”: a relação das “quantidades comparáveis de energia econômica” com suas incorporações em produtos “*quasi*-extensivos” de tipo monetário. Inevitavelmente, vem à tona aqui o conceito de valor evitado por Lowe, conceito que, por outro lado, e somente desta maneira, manifesta a dimensão social que para ele faltava ao conceito.

Como pode ser demonstrado ao se tomar Lowe como exemplo, a renúncia à elaboração de um conceito social de valor, ou seja, à análise de abstrações objetivamente reais, expõe essa disciplina à suspeita de que sua formação conceitual estaria fundada, de modo geral, em afirmações existenciais monstruosas, na formação de pseudoconceitos situados no “campo do pré-social”, conceitos como “matéria econômica” e “energia econômica”, que serviriam como “pressupostos tácitos” daquela disciplina. Trata-se nitidamente de exemplos paradigmáticos da tese de Adorno de uma “interservação” necessária de conceitos quantitativos, aparentemente “exatos”, em “especulação selvagem” e “monstruosidades”. De fato, a aparência objetiva dessa *quasi*-matéria — a “objetividade fantasmagórica” ou “objetividade de valor” de que fala Marx — é tão densa, que alguns economistas sucumbiram à tentação cientificista de querer extrair, no sentido da “analogia mecânica”, “aspectos da física atômica em vista da determinação do conceito de capital” (Eckelt, 1971, p. 22).

Com isso, construções desse tipo, tal como elas foram desenvolvidas de maneira perspicaz e competente do ponto de vista da física pelo renomado economista japonês Kunihiro Jojima (1985, p; 59s, 62, 67 e 182), partem do problema da “homogeneidade da massa” no “espaço natural” e no “espaço econômico”. Jojima espera encontrar, a partir da “massa” tal como pode ser apresentada com exatidão física, “o conceito que se dá no espaço econômico de maneira isomórfica àquela massa”, esperando o mesmo em relação ao conceito de “força” utilizado na física e na economia. Agora, se ele gostaria de esclarecer “a essência do capital” na comparação “isomórfica” entre “massa física” e “massa econômica”, surge então uma dificuldade curiosa: ele tem de assumir uma “capacidade do capital de geração de valor”, uma capacidade de “autoexpansão”, pois “capital gera capital”. Isto e a circulação, ou “troca de valores” de ativos e passivos, obrigam-no a fazer uma assunção monstruosa: nitidamente em grosseira contradição com a construção da “massa na física clássica”, um *quasi*-sujeito aparece aqui como portador dessa troca de valores, “o capital” é considerado “um ser vivo”.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> A “partícula de valor social” seria um “elétron [...] econômico”. (Jojima, 1985, p. 107).

É evidente que tanto Marx como Adorno nomeariam os economistas japoneses como testemunhas principais para as suas teses, a saber, que o “fator” capital, no sentido da economia acadêmica, é compreendido como “*fonte da produção de valor*”, como um “sujeito ativo”, algo “dotado de vida ilusória” [*Scheinleben begabtes*] que “se relaciona consigo mesmo” e “se” diferencia “em si mesmo” (Marx, MEW 42, p. 650 e 638s). Isto é, a tese de que ocorre uma interversão das teorias quantitativas em “monstruosidades”; e isso de modo algum apenas no campo esotérico da doutrina da essência do dinheiro, mas no centro da formação conceitual da economia política.

É nítido que um economista “exato” que insiste no estatuto científico de sua disciplina tem de contradizer energicamente a teoria do capital formulada por Jojima. Se tal teoria deve trazer a teoria acadêmica do capital ao seu conceito, ou se é mesmo possível pensar em alternativas no solo da formação conceitual acadêmica, isso não pode ser decidido aqui. Trata-se apenas de indicar outros exemplos que, por um lado, são capazes de demonstrar o caráter de fetiche do sujeito-capital, das *quasi*-extensivas quantidades de capital e, por outro lado, dos paradoxos lógicos dali resultantes na forma como vêm à luz principalmente na controvérsia clássica em torno do conceito de capital desenvolvido por Böhm-Bawerk. Se o fenômeno das construções monstruosas pode ser discutido da maneira mais vívida com base em casos da teoria do capital, então o fenômeno das “dificuldades lógicas” pode ser discutido conforme os exemplos dos paradoxos reais na teoria monetária, tal como constatados muitas vezes sobretudo por Schumpeter e Simmel.

Como exemplo primeiro e preliminar, deve-se recorrer à proposição do primeiro Schumpeter, que se alinha com construções similares de Wicksell, cuja teoria do capital pode ter inspirado a sua subsequente formação conceitual. Dessa maneira, ela se refere antes de tudo às assim chamadas “quantidades de capital” como um “estoque acumulado” ou uma “quantidade dada” “de trabalho ‘previamente despendido’ e de atividades ‘previamente despendidas’ sobre a terra, um tipo de ‘geleia de trabalho’ e ‘geleia de atividade da terra’ [...] dadas como *fundo abstrato de força produtiva*” (Schumpeter, 1970, p. 172).

Em contraste com Jojima, Schumpeter evitou aqui e também depois descrever mais precisamente, ao modo das ciências naturais, o “tipo” desconhecido de “atividades” e de “forças” ocultas da natureza, evitando explicar o que significa aquele discurso metafórico de “geleias” como seus produtos, o que significa “matéria econômica” no sentido de Lowe. É de se presumir que algo plástico e dúctil deve estar associado a esse termo. Em todo caso, essas metáforas pretendem indicar que a economia não tem a ver simplesmente com atos de escolha, mas também com um campo de “forças” “transcendente” aos sujeitos que agem e com seus produtos, as “geleias”. Schumpeter havia de abandonar novamente esse termo, embora em favor de outras metáforas que designam o mesmo estado de coisas,

metáforas aparentemente mais inofensivas, na verdade conceitos que, como o de “quantidade de capital”, dissimulam o problema.

Embora Schumpeter só se refira diretamente ao “fundo abstrato” formulado por John Bates Clark, são as construções de uma outra sumidade da economia neoclássica, as de Wicksell, que são formalmente comparáveis. Neste último há, de fato, entidades “depositadas”, “armazenadas”, ou seja, no sentido de Wicksell: entidades “poupadas”, “quantidades” homogêneas de “força de trabalho e força da terra”. Com isso Wicksell reivindica, inconscientemente, um universal real, um abstrato real; de algum modo elas devem estar “unificadas nos mesmos objetos de capital”; razão pela qual o processo dessa misteriosa “unificação” permanece não menos enigmático do que o da virgem Maria com o espírito santo. Se aqui dela nasce o filho de Deus, ali não vêm ao mundo produtos menos enigmáticos: “massas de capital” como “quantidades de força” *sui generis*.

Afinal de contas, nenhum físico nunca foi capaz de observar o fato de que forças haviam de ser “vestidas — cobertas — em uma forma do capital”. Não se encontra nesse texto nem vestígio de uma alusão àquilo em que se poderiam diferenciar “quantidades de força”, segundo a sua natureza física, e “formas do capital”, segundo a sua natureza social, e em quais propriedades elas poderiam coincidir; não havendo nenhuma metabase, um parentesco essencial tem de ser assumido, se é que algo que é um é capaz de se transformar, de se revestir, em um outro. Wicksell concorda com autores que, como Jevons, assumem um “capital *em sua forma livre*” “antes que ele seja vinculado à produção”, em que a “forma livre”, que lembra o “fundo abstrato” de Clark e as “geleias” de Schumpeter, não é menos obscura, tal como a metáfora do “estar vinculado” a algo material por parte da entidade imaterial e desconhecida que é o capital.

Todas essas “quantidades” são, de maneira infundada, lançadas como “quantidades de valor de troca” que “podem ser concebidas juntas como uma única soma de valor [...], uma soma de valores de troca.” Um procedimento estranho, na medida em que Wicksell era um opositor jurado da teoria do valor objetivo e absoluto, cuja versão marxiana ele combateu como sendo “uma arma terrível contra o existente”. A “nova” doutrina postulada tem, pois, “significado eminente [...] para o interesse social”. (Quem ainda poderia duvidar de que a doutrina subjetiva do valor surgida da “revolução da utilidade marginal” foi forjada como uma “arma”, apontada não contra a teoria marxiana do valor, mal conhecida pelos revolucionários, mas sim contra a doutrina do ricardianismo de esquerda, especialmente os proudhonianos?)

Desde o princípio se viu uma pressão por tornar um tabu não apenas o valor “absoluto” e multiplicável, mas também o “valor universal” e “abstrato”; em oposição às heresias teóricas relativas ao valor cometidas por Böhm-Bawerk, os subjetivistas consequentes — Carl Menger, Friedrich von Wieser, o primeiro Schum-



peter, Robert Liefmann — procuraram colocar o “valor absoluto” na lista de palavras proibidas. O valor “absoluto” é sempre pré-monetário, isto é, valor pré-disposto às formas monetárias do dinheiro e do preço, embora ao mesmo tempo apareça igualmente na figura monetária e abstrata, a saber, como “valor” no sentido da “unidade de valor”, como dólar, marco, libra, etc. O subjetivista Wicksell se enredou, portanto, na dupla contradição de assumir, de um lado, em sua teoria do capital, uma “soma de valor” que, segundo sua natureza, é absoluta e pré-monetária; de outro lado, em sua teoria do dinheiro, assumiu uma segunda soma de valores multiplicáveis, ou seja, uma soma abstrata e monetária. Ambas as relações permaneceram inteiramente opacas.

Essa segunda soma de valor aparece como um *deus ex machina* no volume subsequente de suas “preleções”, dedicado ao dinheiro, de modo tão não derivado e apodítico quanto já a soma de valor pré-monetária aparece como soma de valor-capital no primeiro volume. Nesse segundo volume, finalmente, irrompe aquele terceiro conceito de valor, o conceito “abstrato”. Decerto não literalmente, mas em substância: diz-se do dinheiro que ele se “volatiza em uma quantidade abstrata, em uma mera quantidade de valor”, ou seja, em uma quantidade abstrata de valor. Wicksell evidentemente não contestava o fato de que seus mentores Menger e Böhm-Bawerk também haviam excomungado com boas razões o conceito de “valor abstrato”. Trata-se afinal de uma quantidade de valor que deve ser real e objetiva, ou seja, transcendente, uma “quantidade” abstrata *real*.

Naquele segundo volume, o teórico subjetivo do valor Wicksell relaciona de maneira absurda até mesmo o conceito de “soma de valor” abstrata, objetiva e absoluta, à quantidade de mercadorias, que, no primeiro volume, havia sido interpretada de modo subjetivista no sentido de sua teoria das ações de troca, dos assim chamados “preços relativos”, e precisamente como uma teoria do valor fechada em si e isolada do dinheiro. Com isso ele não apenas não deixou espaço algum para a tematização do conceito de “equivalente” ou de “igualdade de valor” — um conceito macroeconomicamente imprescindível: Wicksell (1969, p. 76s, 207ss, 213s e 223; 1928, p. 18e 20) postula mesmo que o meio de troca tem de ser adquirido “em uma quantidade que corresponde à soma de valor das mercadorias desejadas”. É óbvio que, desta maneira, ele revogou *de facto* a interpretação subjetivista da “mercadoria” elaborada no primeiro volume: a “soma de valor” de uma mercadoria, capaz de “corresponder” à soma de valor do dinheiro, pode ser entendida apenas como objetiva e absoluta.

O fundador da teoria monetária dos ciclos econômicos e inspirador de Keynes apresentou assim sua equação teórica do fluxo monetário como equação de valores “objetivos” e “abstratos”. Seu “interesse social”, sua descarada intenção apologética, enreda esse clássico representante e precursor da economia “exata” em contradições espantosas: a teoria dos assim chamados “preços relativos”, no

primeiro volume, opera com conceitos de valor subjetivos, relativos e concretos; a teoria dos “preços absolutos”, no segundo volume, com conceito objetivos, absolutos e abstratos. Essa contradição cardinal na teoria do valor, até hoje velada, é a razão profunda da dicotomia, lamentada por toda parte, entre setor “real” e setor “monetário”. Ela se manifesta sobretudo quando fluxos de dinheiro e de bens são interpretados como “*volumes de valor*”, e sua expansão como “extensões de valor”, e quando sua relação é entendida como uma “igualdade de valor” (Stackelberg, 1951, p. 24s), uma equivalência objetiva.

Ainda não está claro como as “quantidades de valor de troca” se relacionam, de um lado, com as ominosas “quantidades de força” da “força de trabalho e da terra” e, de outro lado, com a “soma de valor” das mercadorias bem como com as “quantidades abstratas” do dinheiro como simples “soma de valor”. Como já vimos, as “quantidades de força” de trabalho e terra devem se “unificar” no capital, formando assim um pressuposto do capital. Mas se encontra também a afirmação oposta, na medida em que uma parte daquelas forças há de ter se “revestido na forma do capital”, portanto, o capital pressuposto como um terceiro independente. A confusão categorial de Wicksell culmina, finalmente, naquelas formulações que igualam o trabalho e a terra a um “capital-trabalho” ou “capital como força da terra”. Assim, aqueles misteriosos “encobrimentos” e “unificações” parecem poder ser evitados apenas ao preço da identificação imediata do físico com o social.

A questão sobre se o “capital” funciona ou não como um terceiro fator ao lado da “força de trabalho e da terra” é sem dúvida legítima do ponto de vista marxiano. Como há de ser mostrado na última seção, encontram-se a esse respeito algumas considerações esplêndidas por parte de Wicksell, mas, com os seus jogos confusos de “forças”, ele obstrui para si mesmo o desenvolvimento daqueles pensamentos sobre o capital como sujeito. O que aquelas “forças” devem gerar são, objetivamente, as monstruosas “geleias de atividade de trabalho” e “geleias de atividade da terra” de que fala Schumpeter. O processo de formação do capital, a gênese do capital, é suposto como tendo sua causa verdadeira em que aqueles produtos misteriosos são “poupados” e “armazenados”. A pergunta pelo substrato dessas entidades “armazenáveis”, capazes de conservação intertemporal, a pergunta pelo que é capaz de existir como algo armazenável, como “estoques”, “fundos”, etc., essa pergunta se refere por sua vez às metáforas monstruosas de Schumpeter. O mesmo vale para o discurso de Wicksell sobre as quantidades de capital em “*forma livre*”. Jevons (1924, p. 28), cofundador da economia aparentemente exata, falava de maneira altamente inexata do “*capital livre*”. Os três autores associam um potencial “puro”, “fluido”, mas de algum modo objetivamente existente, que de algum modo pode ser transformado em bens determinados, concretos — algo “capaz de ser investido”.

De maneira muito equívoca, Schumpeter (1926, p. 194 e 72) haveria de dar o nome “poder de compra” a esse “capital livre”, poder esse que, não sendo intrínseco apenas ao dinheiro, mas também às mercadorias, é suposto então como possuindo um caráter pré-monetário; “todos os bens econômicos” possuiriam “poder de compra”. Ele encontra uma “definição” original para esse poder, que deveria antes ser chamado poder de troca: é um “poder abstrato [*abstrakte Macht*] — isto é, não fixado em bens concretos — sobre bens em geral”.

Mas o dinheiro é para ele uma “disposição universal sobre [...] bens em geral” (Schumpeter, 1926, p. 66). Tanto à “disposição” como ao “poder de compra” é conferido ademais não só o atributo “abstrato”, mas também o “universal”. Ambas as entidades representam, assim como os “fundos”, “estoques”, “quantidades”, etc., um abstrato *real*, um universal *real*. Ou seja, não são as ações econômicas, as valorações, etc., que são o “primordial”, tal como afirma, em “falsa autocompreensão” (Jonas, 1964, p. 131)<sup>12</sup>, a almejada metodologia da economia política, mas, antes pelo contrário, aquelas entidades é que são as pressuposições “últimas” e irredutíveis da economia acadêmica.

A definição schumpeteriana é perfeitamente adequada para demonstrar a proximidade e a distância entre a formação conceitual acadêmica e a de Marx. Quando Marx (MEW 42, p. 148) define o dinheiro como “forma universal e abstrata da riqueza”, como “totalidade” de suas “particularidades”, dos valores de uso no sentido de sua “substância”, então essa “totalidade” “existe” nele “como suma representada das mercadorias. A riqueza (valor de troca como totalidade e como abstração)”.

Marx define capital e trabalho assalariado de maneira semelhante. Não se trata de um substrato último, mas da apresentação de uma relação social entre o particular e o universal, do trabalho abstrato e geral como uma “totalidade”. Se Schumpeter fala de “bens em geral”, e John Stuart Mill fala de “coisas em geral”<sup>13</sup>, Adorno (1989, p. 223) define com maior precisão o “valor” como “unidade dos muitos, dos valores de uso [...] sensivelmente diversos”, *valor* como *totalidade dos valores de uso*. Todos esses conceitos estão contidos na definição marxiana do valor; dado que, na esteira de Hegel, também o trabalho universal é definido como “totalidade”, as determinações marxianas e hegelianas são correspondentes: assim como o valor, o trabalho universal é uma totalidade, quintessência dos trabalhos particulares: ele é “trabalho em geral” ou “simplesmente” trabalho, nem trabalho de manufatura nem trabalho comercial, e nem ainda trabalho de agricultura, mas tanto um quanto o outro” (Marx, MEW 42, p. 38). “Nós denominamos um universal um tal simples que, por meio da negação, não é isto nem aquilo, mas um não-

<sup>12</sup> Jonas descortina a história da metodologia econômica como uma história de autoenganos.

<sup>13</sup> Contra isso polemiza Jevons (1924, p. 74).

isto que, igual e indiferentemente [*gleichgültig*], deve também ser isto e aquilo” (Hegel, 1951 p; 84).

Esse universal existente, o trabalho, contém o momento da “abstração”: é posto como “não-isto” pela “negação”. Não é este nem aquele particular — mas, como um igualmente válido [*gleich Gültiges*], é “também” este e aquele particular —, o momento da “totalidade” oposto à abstração. Na introdução preliminar do valor, no primeiro capítulo d’ *O capital*, Marx expressa o momento da “abstração” no fato de que o valor ou o universal dos valores de uso trigo e metal “não é um nem o outro”; o valor é contraposto a estes como um “terceiro”, um suprassensível, um inteiramente outro. Da mesma maneira, o trabalho universal não é “nem” este “nem” aquele trabalho particular. Mas esse trabalho universal ou “terceiro”, por outro lado, tem de ser “tanto um como o outro”, ou seja, “totalidade”, “quintessência”, “unidade”. Da mesma maneira o universal, isto é, a “unidade”, o suprassensível ou o valor, não existe, como em Simmel, como um fenômeno “primordial” além e independentemente dos particulares sensíveis, do trigo e do metal. Tal como o “*universale in re*”, ele existe somente “nas [...] coisas”<sup>14</sup> mesmas como “suma” suprassensível delas.

Na existência das mercadorias como valores, ou seja, em sua “existência como iguais”, como “idênticas”, “qualitativamente idênticas”, os valores são algo de “absolutamente diverso” diante dos valores de uso; algo inteiramente outro. Em sua “segunda existência” como “valor”, a mercadoria é *absolutamente* trocável, ela possui “trocabilidade absoluta” [...], *não tem determinação quantitativa, mas sim qualitativa*, ao passo que ela é, como valor de uso, apenas relativamente trocável, dependente da carência de um comprador. Em virtude de sua “trocabilidade absoluta”, o valor da mercadoria é definido também como “valor de uso universal” — apenas um outro termo para o valor como “quintessência dos valores de uso”. Dá-se assim a *tese fundamental* da teoria marxiana do valor de que a “mercadoria em geral” é uma contradição existente: “a contradição [...] de ser simultaneamente, como valor de uso particular [...], valor de uso universal” — uma “*contradição*” imediata. Desta contradição se diz, de maneira hegeliana: “essa contradição tem de se desenvolver”.<sup>15</sup>

Essa ideia fundamental é expressa em termos hegelianos de maneira ainda mais plástica na primeira edição do *Rohentwurf* [*Grundrisse*], assim chamado por Marx, do que n’ *O capital* (na primeira edição): “Embora imediatamente unidos na mercadoria, valor de uso e valor de troca do mesmo modo se excluem imediatamente um do outro”. O valor existe “nos” valores de uso, está “em unidade imediata” com eles, uma unidade que “imediatamente se desintegrou” (Marx, MEW 42, p. 118 e 121). A “circulação” é definida como um “processo” “no qual são mediados

<sup>14</sup> As referências são os respectivos textos de Marx (MEW 23, p. 51; MEGA II.5, p. 19; MEW 23, p. 51).

<sup>15</sup> Igualmente, Marx (MEW 26.3, p. 13, 125 e 127; MEW 13, p. 32; MEW 26.3, p. 134; MEW 13, p. 34; MEGA II.5, p. 51).

ambos os momentos, que imediatamente coincidem e se excluem um do outro na mercadoria, momentos dos quais esta é a unidade imediata.” (Marx, MEGA II.2, p. 63)

A ideia fundamental desse desenvolvimento dialético do processo M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), da “circulação simples”, ideia apresentada no texto original, ainda se encontra também na segunda edição do *Capital*: a circulação M-D-M é designada ali como “solucionar”, como solução das “contradições efetivas” da mercadoria, tal como são reveladas no segundo capítulo. São contradições da “mercadoria em geral”. Sua contradição — a contradição do caráter universal do valor com a sua existência material em uma mercadoria determinada” — significa: “sua unidade ainda se desfaz imediatamente, e sua diferença ainda se faz uma imediatamente”.<sup>16</sup>

Essa “mercadoria em geral” ou “mercadoria em si” é *princípio*, começo do sistema. Como sendo meramente em si, mercadoria ainda não existente, ela requer “desenvolvimento”, isto é, sua contradição “deve se desenvolver”, de modo que ela se apresente primeiro como mercadoria *precificada* e, finalmente, no dinheiro que lhe é correspondente, como capital. Seguindo-se Cesare Luporini (1970, p. 461), pode-se caracterizar a “mercadoria em geral” como “princípio empírico”. Tal abordagem teria de ser demonstrada, entre outras coisas, na explicação das posições contraditórias, principalmente, no interior das teorias do capital. Em primeiro lugar, isso diz respeito ao problema da “incorporação no sentido de materialização” (Stüdemann, 1976, p. 5): materialização de um abstrato-universal em um concreto-particular. Essa parece ser a contradição primária, a qual se vincula com outras três, aquelas entre subjetivo e objetivo, ser e validade, ser e aparência.

Alguns exemplos, principalmente da teoria do capital e da teoria monetária, demonstram certas “dificuldades lógicas” já constatadas por Simmel, Schumpeter, entre outros, as quais resultam da concepção subjetiva do valor da escola de Viena. Para poder dar provas da impossibilidade de se pensar o valor “objetivo”, de um lado, e da existência somente “subjetiva” do valor, de outro, seu fundador Carl Menger se apoia especialmente em dois argumentos básicos; ambos se referem aos paradoxos da realidade econômica.

De um lado, trata-se do que Marx denominou a “trocabilidade absoluta” da mercadoria em sua característica como valor absoluto e objetivo. A tese mengeriana diz: “*equivalentes, no sentido objetivo da palavra, não [...] existem*”. Eles “não” podem “existir na realidade de modo algum”, existindo, pois, apenas na *aparência* [*Schein*]. A interpretação paradoxal do conceito de “equivalente objetivo”, e também sua determinação como valor absoluto, é comum aos dois antípodas: “equivalentes (no sentido objetivo) só podem ser denominados como aquelas quantida-

<sup>16</sup> As referências são os respectivos textos de Marx (MEW 23, p. 118; MEW 29, p. 315; MEGA II.2, p. 79).

des de bens de que se pode fazer comércio de algum modo [...]. Tais equivalentes [...] não existem em lugar nenhum.”

Houvesse esses equivalentes, então toda troca teria “de poder ser reversível”. Portanto, ele fala de uma mera “*igualdade* presumida entre duas quantidades de bens” (Menger, 1968, v.1, p. 86), insistindo em que uma tal “igualdade de valores (uma igualdade no sentido objetivo) na verdade não existe em lugar algum”, ou seja, existiria apenas de modo aparente. Também Simmel (1987, p. 126) devia admitir que tal igualdade de valor só pode ser pensada como igualdade de valores “absolutos”. Foi o problema dessa existência pelo menos aparente do “valor absoluto”, certamente a mais importante entre as “dificuldades lógicas”, que o fez desesperar de uma solução científica, não metafísica. O paradoxo da “trocabilidade absoluta” passou despercebido. Michael Kröll (1956, p. 119) é provavelmente a única exceção, o qual definiu o “valor de troca” como capacidade do bem “em si” de “ser convertido [...] em qualquer outro bem”, ou seja, “convertibilidade ilimitada”, com o que ele se relacionava a Marx.

Se levamos o argumento de Menger a sério, com a eliminação do valor “absoluto”, aparentemente todos os paradoxos desaparecem. Mas surge então um outro dilema: destrói-se assim a base conceitual fundamental da macroeconomia, que não pode renunciar a conceitos como “valor igual”, “valor equivalente” [*Gegenwert*], etc., ao valor absoluto, que, como tal e somente como tal, é valor multiplicável (Keynes, 1996, p. 11, 58, 70 e 90).<sup>17</sup> Foi sobretudo esse problema que provocou no Schumpeter (1965, p. 1213) tardio o “mal-estar crítico” em termos macroeconômicos, motivando-o a estudar novamente a doutrina do valor de Marx. Por outro lado, seria difícil contestar a cogência da arguição de Menger de que o conceito de equivalente objetivo implica a afirmação de uma trocabilidade absoluta das mercadorias.

Seu segundo argumento, dirigido imediatamente contra o “valor objetivo”, foi apenas insinuado por Menger. No entanto, ele foi precisado por von Wieser: é “errôneo” quando economistas falam “de ‘valores’ como de coisas reais independentes, sendo tal valor objetivado. Pois o que existe objetivamente são sempre de fato apenas as coisas” (Menger, 1968, v.1, p. 173ss).

Assim como posteriormente Böhm-Bawerk em relação à teoria do capital, Menger fundamentou sua teoria econômica do valor com argumentos ontológicos e *metaeconômicos*: ele se pergunta pelo que pode “existir realmente” ou “existir efetivamente”, não só de maneira aparente, mas “o que existe objetivamente”, o que são “coisas reais” em geral e no campo econômico. Wieser afeiou as ideias mengerianas igualando o “valor relativo” ao “valor objetivo”, desta feita criticando igualmente o primeiro conceito como “sem sentido”; seu argumento parece difícil

<sup>17</sup> Também os conceitos de “crescimento de valor”, “aumento de valor”, “valor total”, “quantidade do estoque de valores de capital” se referem a valores objetivos e absolutos.

de refutar: “o conceito ‘objetivo’ de valor — que também pode ser chamado de relativo [...], está em contradição com o que nós estamos habituados a pensar sobre as coisas entre o céu a terra”, pois ele “não deve ter realidade como fenômeno subjetivo e decerto não pode ter realidade como fenômeno natural”.

Novamente, trata-se do conceito de “realidade”, em que o caráter ontológico, não econômico, da argumentação aparece ainda mais claramente em sua tese de que a teoria objetiva do valor precisa assumir uma “nova ordem entre os fenômenos físicos e psíquicos” (Wieser, 1884, p. 20s e 25), precisa afirmar a existência de um reino intermediário, de um “terceiro reino” teórico-social. Inversamente, apenas sob a pressuposição desse reino intermediário, desse terceiro entre o físico e o psíquico, pode-se admitir a afirmação da existência de um valor “objetivo”, de uma “objetividade” econômica ou a “objetividade”-valor. Apenas o “físico” e o “psíquico” podem reivindicar “realidade” fora do campo metafísico-teológico, de modo que dificilmente há espaço para um “valor objetivo”, e até mesmo para um “valor relativo”. Da perspectiva do Schumpeter (1965, p. 754) tardio, com o valor macroeconômico ou “objetivo”, com o valor da doutrina macroeconômica do valor agregado, os agregados macroeconômicos são considerados como “sem sentido” e, desse modo, também a própria macroeconomia. Ele se acha no dilema de querer manter a adesão à macroeconomia sem, contudo, poder mantê-la, em virtude de seu credo subjetivista quanto ao valor: o Schumpeter (1970, p. 108) aluno de Wieser afinal constatara uma vez: “Depois da introdução do valor subjetivo, já não pode haver valor ‘objetivo’ [...]; é no mínimo enganoso denominar o preço um valor objetivo. Ele apenas *parece* sê-lo.”

Com o conceito de “aparência” [*Schein*], realçado em itálico, é aqui enfatizado *expressis verbis* que a economia está sempre também relacionada com a oposição de aparência objetiva e ser, objetividade decerto não como ser, mas sim como aparência capaz de desorientar o economista. É certo que essa “aparência” permanece carente de explicação. Que Marx (MEW 23, p. 97) denominou essa “aparência” a “aparência objetiva das determinações sociais do trabalho”, tendo definindo desse modo o conceito de “fetichismo” e conceituado o “valor” (absoluto, objetivo) como uma de suas formas de aparecimento, isso nunca foi percebido por Schumpeter nem por qualquer outro economista antes ou depois. É a aparência “de objeto”, a aparência objetiva do trabalho (Marx), que não deve ser compreendida aqui de maneira fisiológica, mas como uma aparência que existe em consequência de certas “determinações sociais” (Marx) desse trabalho. De acordo com Otto Veit (1966, p. 39 e 73), trata-se dessas determinações da “expectativa de direito a bens de uso incorporada nos bens de troca” que seria “efetivada”, da “validade que o bem [...] possui” e da condizente “possibilidade de disposição abstrata sobre bens”. Se tais determinações sociais são levadas a sério, o horizonte da doutrina subjetiva do valor já está transcendido, tal “possibilidade de disposição abstrata” ou também o “poder de compra” pré-monetário de que fala Schumpeter assumem caráter real-

abstrato, real-universal, assumindo de fato a existência de um terceiro reino ou de um “reino intermediário”.

Isso se mostra mais adiante no fato de que Menger (1968, v.4, p. 27, 38 e 63) também precisa descartar o valor em sua terceira propriedade como “valor abstrato”. Em seu tratado sobre o dinheiro, ele designa o “*quantum* de valor de troca abstrato” como um “construto fantasioso”, designando a doutrina do dinheiro, entendido no sentido de um “*quantum* abstrato de valor”, como uma “doutrina insana”.

Há finalmente um quarto conceito de valor, inconciliável com a doutrina subjetiva do valor, que, no entanto, é empregado na economia acadêmica, o conceito de “valor universal” e do “bem geral”, utilizados como sinônimos. Em oposição ao “movimento de [...] valores *concretos*”, o dinheiro é determinado assim como um valor universal, como um “valor *pura e simplesmente*, isto é, como valor ainda [...] não concretizado” (Lukas, 1937, p. 9).<sup>18</sup> O “bem geral contém imediatamente em si” um “bem particular” e o “fluxo” entre as “quantidades de bens particulares e gerais” ou a “massa geral de bens”, com o que o primeiro bem se “converte” no outro”.<sup>19</sup> Não é difícil reconhecer aqui que os conceitos marxianos de “totalidade”, “quintessência”, assim como o conceito clássico de “metamorfose”, estão envolvidos. Portanto, as “massas de bens” são inteiramente “puras”, “homogêneas”, “sem qualidade” apenas de modo aparente. Trata-se antes de bens potencialmente “concretos” e “particulares”.

A mera plausibilidade desses conceitos indica que o rigorismo subjetivista de Menger dificilmente pode ser sustentado. Assim, já a definição schumpeteriana do poder de compra pré-monetário dificilmente poderia ser classificada na disjunção de Wiese entre o físico e o psíquico. Efetivamente, ele tematizou um abstrato real ou universal real que só pode ser localizado lógico-ontologicamente entre o físico e o psíquico.

Por isso, o subjetivista Schumpeter está bem distante de um entendimento genuíno dos conceitos adotados em sua definição do poder de compra pré-monetário. Mas ele não quer admitir que, efetivamente, ele mesmo definiu os momentos abstratos, universais e objetivos do conceito de valor, tendo em essência definido o valor como totalidade. Dessa maneira, ele repete ainda na mesma página do texto sua profissão de fé subjetivista: “valores têm de residir em uma consciência, se é que a palavra em geral deve ter um sentido”. Uma vez que suas hesitações aumentam por causa dessa tese extrema, ele constrói, como avesso sistêmico,

<sup>18</sup> Nas páginas 11 e 13, Lukas utiliza os conceitos de “valor econômico abstrato” (p. 13) e “transferência abstrata de valor” (p. 11), expostos em seu trabalho de 1951, como sinônimos de “valor universal”. Ele conhece também o conceito de “conservação do valor da substância administrada” (p. 587) e, correlativamente, o conceito de “crescimento de valor” (p. 584). N.T.: Backhaus se refere, provavelmente, ao livro *Geld und Kredit* de Lukas, já citado anteriormente.

<sup>19</sup> Franz Gutmann (1931, p. 550ss); além disso, cf. Friedrich Lüge (1948, P. 17ss): “transformam-se os bens especiais em bens universais”.



uma entidade monstruosa, o “sistema social de valores de um povo”. Ele assevera, dogmaticamente: “há [...] um *sistema social de valores*, ou seja, um sistema social de valores individuais” (Schumpeter, 1926, p. 73), um sistema supraindividual de valores individuais, que apresenta uma *contradictio in adjecto*. Impõe-se a pergunta: onde pode “viver” esse “sistema” e onde deve “viver” o “poder abstrato” de seu poder de compra? Que mais pode designar aquele “poder abstrato” senão o conceito abominado do valor abstrato e objetivo no sentido do valor-capital? Se se supõe tal poder como real, então ele precisa ser “incorporado” em um valor de uso concreto, como um abstrato-universal em um concreto-particular, semelhante ao “*universale in re*” econômico de Simmel. Mas será que ele pretende afirmar a sério que nenhum ato de consciência participou da constituição daquela entidade abstrata? Nesse caso, com efeito, Schumpeter teria de lidar exclusivamente com fetiches pura e simplesmente, com “monstruosidades” absurdas.

Diante da arbitrariedade de definição, difícil de ser superada, nesse exemplo da formação conceitual neoclássica, da formação de termos e metáforas que são diametralmente opostas à pateticamente invocada teoria subjetiva do valor, não surpreende quando esse fetichismo objetivista da “teoria do poder de compra do capital” de Schumpeter (1926, p. 189) se reconverte novamente em seu contrário, em um fetichismo subjetivista: é extraído “um pedaço” do “fluxo corrente do econômico”. Trata-se de um “pedaço de um [...] *fluxo* de bens — que poderia ser definido tanto como fluxo de valorações quanto como fluxo de satisfações de carências” (Schumpeter, 1952, p. 326).

A força ou o “poder” do capital, “transcendente” à consciência, interverte-se em seu contrário, em entidade imanente à consciência. Mas onde esse “fluxo” é capaz de “fluir”, onde “vivem” seus elementos? Trata-se de um “fluxo” de valores subjetivos que só podem fluir em uma “consciência”, e não fora desta? Mas o que significa então “circulação” de “valores” que aparecem como “grandezas homogêneas”, sendo até mesmo capazes de realizar um “movimento próprio”? (Schumpeter, 1926, p. 264 e 254) Onde e como? “Em uma consciência”? A “confusão” de valor e valor de uso, repetidamente denunciada por Marx, a “intersversão”, nela incluída, do objetivo em subjetivo e vice-versa se deixa demonstrar de maneira exemplar. Ela parece ser uma característica distintiva da formação conceitual subjetivista, que pode ser verificada em todos os pioneiros da “revolução da utilidade marginal”.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. [1964/1965] *Zur Lehre von der Geschichte und der Freiheit*. Tiedemann, R. (ed.). Frankfurt a.M: Suhrkamp, 2001.

- ADORNO, Theodor W. [1967] Einleitung zu Emile Durkheim, »Soziologie und Philosophie« In: *Gesammelte Schriften*, v. 8. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2003.
- ADORNO, Theodor W. [1968] Einleitung in die Soziologie. Gódde, C. (ed.). In: *Nachgelassene Schriften*. Abteilung IV, Band 15. Frankfurt a. M.: 1993.
- ADORNO, Theodor W. Notizen von einem Gespräch zwischen Theodor W. Adorno und Alfred Sohn-Rethel am 16.4.19. In: SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und körperliche Arbeit* (Re. Neuaufgabe). Weinheim: VCH, 1989.
- ADORNO, Theodor W. *Philosophische Terminologie* (v. 1/2). Tiedemann, R. (ed.). Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1973/1974.
- ALBERT, Hans. *Marktsoziologie und Entscheidungslogik: Zur Kritik der reinen Ökonomik*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1998.
- AMONN, Alfred. [1911] *Objekt und Grundbegriffe der theoretischen Nationalökonomie*. Neudruck. Wien: Böhlau, 1996.
- ECKELT, Ernst. *Kapital als wirtschaftliche Energie und Geld als Maßstab*. Berlin: Duncker & Humblot, 1971.
- ENGELS, Friedrich. Konspekt über „Das Kapital“ von Karl Marx Erster band. In: *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 16. Berlin: Dietz Verlag. [= MEW 16].
- FEILEN, Josef. F. *Die Umlaufgeschwindigkeit des Geldes: Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Kategorienlehre der Geldwirtschaft*. Berlin: Gruyter & Co., 1923.
- FORSTMANN, Albrecht. *Geld und Kredit*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht 1952.
- GABRIEL, Gottfried et al. (Ed.) *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, v. 11. Darmstadt: Schwabe & Co. Verlag, 2001.
- GUTMANN, Franz. Gut und Geld. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, v. 134. Jena, 1931.
- HEGEL, G. W. F. Phänomenologie des Geistes. In: *Sämtliche Werk* (v. 2). Stuttgart: Fr. Frommans, 1951.
- JEVONS, Stanley W. *Die Theorie der politischen Ökonomie*. Jena: Gustav Fischer, 1924.
- JOJIMA, Kunihiro. *Ökonomie und Physik: Eine neue Dimension der interdisziplinären Reflexion*. Berlin: Duncker & Humblot, 1985.
- JONAS, Friedrich. *Das Selbstverständnis der ökonomischen Theorie*. Berlin: Duncker & Humblot, 1964.
- KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. M. R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1996.
- KRÖLL, Michael. *Der Kreislauf des Geldes*. Berlin: Duncker & Humblot, 1956.
- LACHMANN, Ludwig M. *Marktprozeß und Erwartungen*. München: Phiosophia Verlag, 1984.
- LOWE, Adolph. *Politische Ökonomik*. Frankfurt a. M.: Athenaeum, 1984.

- LUKAS, Eduard. *Aufgaben des Geldes*. Stuttgart: Kohlhammer, 1937.
- LUKAS, Eduard. *Geld und Kredit*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1951.
- LÜGE, Friedrich. *Einführung in die Lehre vom Gelde*. 2<sup>a</sup> ed. München: Weinmayer, 1948.
- LUPORINI, Cesare. Die eigentümliche Logik des eigentümlichen Gegenstandes. Zu Marx' Auseinandersetzung mit Hegel. In: GADAMER, Hans-Georg (org.). *Stuttgarter Hegel-Tage 1970*. Bonn, 1974.
- MARX, Karl. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie: Der Reproduktionsprozeß des Kapitals (Buch I). In: *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*, v. 23. Berlin: Dietz Verlag. [= MEW 23].
- MARX, Karl. *Das Kapital*: Kritik der politischen Ökonomie: Der Zirkulationsprozeß des Kapitals (Buch II). In: MEW 24.
- MARX, Karl. *Das Kapital*: Kritik der politischen Ökonomie: Der Gesamtprozeß der kapitalistischen Produktion (Buch III). In: MEW 25.
- MARX, Karl. Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867 (1<sup>a</sup> ed.). In: *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (seção II, v. 5 [= MEGA II.5]). Berlin: Gruyter, 1983.
- MARX, Karl. *Das Kapital*: Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1872. In: MEGA II.6.
- MARX, Karl. *Ökonomische Manuskripte und Schriften*, 1858–1861 (Zur Kritik der politischen Ökonomie u. a.). In: MEGA II.2.
- MARX, Karl. *Theorien über den Mehrwert*. In: MEW 26.3.
- MENGER, Carl. Geld. In: *Gesammelte Werke* (v. 4). Tübingen: Mohr, 1968.
- MENGER, Carl. Grundsätze der Volkswirtschaftslehre. In: *Gesammelte Werke* (v. 1). Tübingen: Mohr, 1968.
- PREISER, Erich. *Politische Ökonomie im 20. Jahrhundert*. München, 1970.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. P. H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1996.
- RITSERT, Jürgen. *Einführung in die Logik der Sozialwissenschaften*. 2<sup>a</sup> ed. Westfälisches Dampfboot, 2003.
- RITTIG, Gisbert. Kapitalismus und *oeconomia pura*. In: SCHMIDT, A.; EUCHNER, W. (ed.). *Kritik der politischen Ökonomie heute*: 100 Jahre „Kapital“. Frankfurt a.M, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph. *Aufsätze zur ökonomischen Theorie*. Tübingen: Mohr, 1952.
- SCHUMPETER, Joseph. Das Wesen des Geldes. In: Mann, F. K. (ed.). *Aus dem Nachlaß*. Göttingen: Vandenhoeck, 1970.
- SCHUMPETER, Joseph. *Dogmenhistorische und biographische Aufsätze*. Tübingen: Mohr, 1954.

SCHUMPETER, Joseph. *Geschichte der ökonomischen Analyse*. Göttingen: Vandenhoeck, 1965.

SCHUMPETER, Joseph. *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. 2ª ed. Berlin: Duncker & Humblot, 1926.

SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*. 8ª ed. Berlin: Duncker & Humblot, 1987.

SOMBART, Werner. *Die drei Nationalökonomien*. 2ª ed. Berlin: Duncker & Humblot, 1967.

STACKELBERG, Heinrich F. *Grundlagen der theoretischen Volkswirtschaftslehre*. Tübingen: Mohr, 1951.

STÜDEMANN, Klaus. *Theorie der Nominalrepräsentanten*. Berlin: Duncker & Humblot, 1976.

VEIT, Otto. *Reale Theorie des Geldes*. Tübingen: Mohr, 1966,

WICKSELL, Knut. *Geld und Kredit*. Jena: Gustav Fischer, 1928.

WICKSELL, Knut. *Vorlesungen über Nationalökonomie* (v. 1). Aalen: Scientia, 1969.

WIESER, Friedrich. *Über den Ursprung und Hauptinhalt des wirtschaftlichen Werthes*. Wien, 1884.